

## **Valor Econômico – 27/07/2012**

### **Concessões elétricas ganham mais 20 anos e tarifa vai cair 10%**

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, desfez o suspense sobre as concessões do setor elétrico com vencimento a partir de 2015 e anunciou que elas deverão ser prorrogadas por 20 anos. Ele disse que a renovação das concessões e o fim da cobrança de encargos setoriais nas contas de luz permitirão uma queda "em torno de 10% ou um pouco mais" nas tarifas dos consumidores finais, incluindo a indústria.

Segundo o ministro, a presidente Dilma Rousseff "muito provavelmente" comunicará essa decisão na reunião prevista para o dia 7 de agosto, no Palácio do Planalto, com o grupo de 30 empresários com quem já teve dois encontros. "Os contratos vencem em 2015 e a lei determina o retorno dos ativos ao patrimônio da União para um novo leilão. Na reformulação da lei, vamos permitir a renovação das concessões" disse Lobão, durante apresentação de balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "Não batemos o martelo, mas a princípio serão 20 anos [de prorrogação]", completou.

Três encargos serão extintos das tarifas: a Conta de Consumo dos Combustíveis (CCC), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR). Juntos, eles representam 7% das contas de luz, em média. "Provavelmente mexeremos no Proinfa", acrescentou Lobão, referindo-se ao encargo que subsidia o primeiro lote de usinas de energia alternativa, como eólicas. O Proinfa corresponde a 1,1% do valor final das tarifas.

"Os encargos setoriais serão extintos. Esse é o caminho para fazer cair o preço da energia. Ela é barata na origem, quando é gerada, mas encarece no meio do caminho", disse o ministro. Na verdade, conforme ele mesmo detalhou, o Tesouro Nacional assumirá as despesas com os programas financiados por esses encargos. "O Luz para Todos não sofrerá nenhuma dificuldade", ressaltou Lobão, citando o programa de universalização da energia elétrica, financiado pela CDE.

Se assumir integralmente essas despesas, o Tesouro receberá uma conta pesada. Em 2011, os três encargos mencionados por Lobão recolheram R\$ 10,8 bilhões nas faturas dos consumidores, segundo números da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Por isso, se quiser agradar à indústria sem onerar exageradamente o Tesouro, o governo poderia até optar por retirar os encargos apenas de quem consome grandes quantidades de energia. Não foi essa, no entanto, a sinalização dada pelo ministro. "A redução que estamos prevendo e está sendo calculada pela Aneel é de 10% ou um pouco mais, para o consumidor (residencial) e para a indústria."

Embora a redução média de tarifas seja de 10%, a indústria deve ser beneficiada com um percentual maior do que os consumidores residenciais, segundo apurou o Valor. Isso se deve basicamente ao fato de que os encargos pesam mais nas tarifas de energia da indústria. Para esse setor, a queda pode superar 15% e chegar mais perto de 20%.

Esse percentual será atingido graças também à prorrogação das concessões, já que ativos que foram amortizados deixarão de ser remunerados. Lobão não fez

nenhuma referência à possibilidade de mudanças na cobrança de PIS-Cofins. Quanto às tentativas de reduzir as alíquotas de ICMS, preferiu não entrar em detalhes, mas avaliou que o movimento da União em baixar as tarifas de energia estimula os governos estaduais a fazer um esforço pela queda das contas de luz. "Eu diria que constrange, que inspira. Mas isso é uma questão de autonomia dos Estados."

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) considerou a queda de 10% das tarifas "bem-vinda", mas deixou claro que não volta atrás no entendimento de que a melhor solução seria relícitar os ativos. "Um corte de tributos e encargos que significasse redução de 10% nas contas de luz é bem-vindo, porém não deve servir para justificar uma possível renovação dos contratos de concessão de energia, como vem sinalizando o governo", disse o presidente da entidade, Paulo Skaf, em nota.

O percentual também desagradou ao presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Carlos Faria, que reivindicava uma redução de 35% das tarifas. "Não é nada, não é nada, não é nada mesmo", ironizou Faria, sobre o corte de 10%.

Segundo ele, essa redução será "muito pequena" e não vai tornar o país mais competitivo em relação a outros países. Um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) mostra que o custo da energia no Brasil é de R\$ 329 por megawatt-hora, o quarto mais caro do mundo. Com o corte de 10%, o custo no Brasil só cairia uma posição no ranking global e ficaria logo atrás do Chile, cujo preço é equivalente a R\$ 320 por MWh.

A Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace) expressou satisfação com as sinalizações dadas por Lobão. "Essas medidas não esgotam as oportunidades de redução, mas são um alento muito importante", disse o presidente-executivo da Abrace, Paulo Pedrosa. Ele reconheceu que a redução em torno de 10% das tarifas não recupera a competitividade perdida, mas é uma "medida estrutural que dará fôlego à inovação e ao investimento".

O **Instituto Acende Brasil**, um observatório do setor elétrico, aplaudiu o anúncio do governo. "Os cortes de encargos são muito bem-vindos e rompem a tradição histórica de que só vinham sendo aumentados", afirmou o presidente do instituto, **Claudio Sales**.

Sales pede atenção, no entanto, à discussão do PIS-Cofins. Hoje o tributo representa cerca de 8% da conta de luz. "O ICMS também é um assunto importantíssimo. Talvez não dê tempo de sair agora, mas precisa continuar na pauta", conclamou o executivo.

# Concessões elétricas ganham mais 20 anos e tarifa vai cair 10%

Daniel Rittner e André Borges  
De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, desfez o suspense sobre as concessões do setor elétrico com vencimento a partir de 2015 e anunciou que elas deverão ser prorrogadas por 20 anos. Ele disse que a renovação das concessões e o fim da cobrança de encargos setoriais nas contas de luz permitirão uma queda “em torno de 10% ou um pouco mais” nas tarifas dos consumidores finais, incluindo a indústria.

Segundo o ministro, a presidente Dilma Rousseff “muito provavelmente” comunicará essa decisão na reunião prevista para o dia 7 de agosto, no Palácio do Planalto, com o grupo de 30 empresários com quem já teve dois encontros. “Os contratos vencem em 2015 e a lei determina o retorno dos ativos ao patrimônio da União para um novo leilão. Na reformulação da lei, vamos permitir a renovação das concessões” disse Lobão, durante apresentação de balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Não batemos o martelo, mas a princípio serão 20 anos [de prorrogação]”, completou.

Três encargos serão extintos das tarifas: a Conta de Consumo dos Combustíveis (CCC), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR). Juntos, eles representam 7% das contas de luz, em média. “Provavelmente mexeremos no Proinfa”, acrescentou Lobão, referindo-se ao encargo que subsidia o primeiro lote de usinas de energia alternativa, como eólicas. O Proinfa corresponde a 1,1% do valor final das tarifas.

“Os encargos setoriais serão extintos. Esse é o caminho para fazer cair o preço da energia. Ela é barata na origem, quando é gerada, mas encarece no meio do caminho”, disse o ministro. Na verdade, conforme ele mesmo detalhou, o Tesouro Nacional assumirá as despesas com os pro-

gramas financiados por esses encargos. “O Luz para Todos não sofrerá nenhuma dificuldade”, ressaltou Lobão, citando o programa de universalização da energia elétrica, financiado pela CDE.

Se assumir integralmente essas despesas, o Tesouro receberá uma conta pesada. Em 2011, os três encargos mencionados por Lobão recolheram R\$ 10,8 bilhões nas faturas dos consumidores, segundo números da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Por isso, se quiser agradar à indústria sem onerar exageradamente o Tesouro, o governo poderia até optar por retirar os encargos apenas de quem consome grandes quantidades de energia. Não foi essa, no entanto, a sinalização dada pelo ministro. “A redução que estamos prevendo e está sendo calculada pela Aneel é de 10% ou um pouco mais, para o consumidor (residencial) e para a indústria.”

Embora a redução média de tarifas seja de 10%, a indústria de-

ve ser beneficiada com um percentual maior do que os consumidores residenciais, segundo apurou o Valor. Isso se deve basicamente ao fato de que os encargos pesam mais nas tarifas de energia da indústria. Para esse setor, a queda pode superar 15% e chegar mais perto de 20%.

Esse percentual será atingido graças também à prorrogação das concessões, já que ativos que foram amortizados deixarão de ser remunerados. Lobão não fez nenhuma referência à possibilidade de mudanças na cobrança de PIS-Cofins. Quanto às tentativas de reduzir as alíquotas de ICMS, preferiu não entrar em detalhes, mas avaliou que o movimento da União em baixar as tarifas de energia estimula os governos estaduais a fazer um esforço pela queda das contas de luz. “Eu diria que constringe, que inspira. Mas isso é uma questão de autonomia dos Estados.”

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) con-

## Custo extra

Encargos embutidos na conta de luz

Encargos	Para que serve	Arrecadação em 2011 (em R\$ milhões)	Peso aproximado na conta de luz (em % da tarifa média)
Conta de Consumo de Combustíveis (CCC)	Divide os altos custos de geração termelétrica na região Norte	5.900	39
Reserva Global de Reversão (RGR)	Providencia receitas para o governo pagar indenizações de concessões não amortizadas	1.665	0,9
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	Financia a universalização dos serviços de energia (Luz para Todos)	3.310	2,3
Proinfa	Subsidia o primeiro lote de projetos de energias renováveis, como usinas eólicas	2.061	1,1
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE)	Recolhe recursos para cobrir custos administrativos e operacionais da Aneel	464	0,3
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	Compensam municípios pelo aproveitamento de seus recursos hídricos (royalties de hidrelétricas)	1.635	1,1
Encargos de Serviços do Sistema (ESS)	Pagam os custos adicionais de acionamento de usinas térmicas	1.409	1,0
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	Financiam projetos de inovação no setor elétrico	1.200	0,8
Encargos de Energia de Reserva (EER)	Pagam os custos de contratação de energia de reserva	321	0,2

Fontes: Aneel/ Abrace/ Itau BBA

siderou a queda de 10% das tarifas “bem-vinda”, mas deixou claro que não volta atrás no entendimento de que a melhor solução seria relicitar os ativos. “Um corte de tributos e encargos que significasse redução de 10% nas contas de luz é bem-vindo, porém não deve servir para justificar uma possível renovação dos contratos de concessão de energia, como vem sinalizando o governo”, disse o presidente da entidade, Paulo Skaf, em nota.

O percentual também desagradou ao presidente da Associação Nacional dos Consumidores

de Energia (Anace), Carlos Faria, que reivindicava uma redução de 35% das tarifas. “Não é nada, não é nada, não é nada mesmo”, ironizou Faria, sobre o corte de 10%.

Segundo ele, essa redução será “muito pequena” e não vai tornar o país mais competitivo em relação a outros países. Um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) mostra que o custo da energia no Brasil é de R\$ 329 por megawatt-hora, o quarto mais caro do mundo. Com o corte de 10%, o custo no Brasil só cairia uma posição no ranking global e ficaria logo

atrás do Chile, cujo preço é equivalente a R\$ 320 por MWh.

A Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace) expressou satisfação com as sinalizações dadas por Lobão. “Essas medidas não esgotam as oportunidades de redução, mas são um alento muito importante”, disse o presidente-executivo da Abrace, Paulo Pedrosa. Ele reconheceu que a redução em torno de 10% das tarifas não recupera a competitividade perdida, mas é uma “medida estrutural que dará fôlego à

inovação e ao investimento”.

O Instituto Acende Brasil, um observatório do setor elétrico, aplaudiu o anúncio do governo. “Os cortes de encargos são muito bem-vindos e rompem a tradição histórica de que só vinham sendo aumentados”, afirmou o presidente do instituto, Cláudio Sales.

Sales pede atenção, no entanto, à discussão do PIS-Cofins. Hoje o tributo representa cerca de 8% da conta de luz. “O ICMS também é um assunto importantíssimo. Talvez não dê tempo de sair agora, mas precisa continuar na pauta”, conclamou o executivo.